

MODELO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA
ESCRITA OBJETIVA

RECURSO – QUESTÃO N° 39 (HISTÓRIA)

Versão 1 – Alternativa E

Versão 2 – Alternativa D

Versão 3 – Alternativa A

Versão 4 – Alternativa B

À Banca Examinadora do Concurso Público n° DP- 2/321/19, destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe:

No dia 28 de julho foi realizada a prova escrita objetiva, cujo gabarito foi divulgado no dia 30 de julho. Conforme publicação, a questão de número 39, que corresponde a disciplina de História, tem como gabarito a seguinte alternativa: **“mudança, no governo federal, de um candidato eleito por partido conservador para um político ligado a sindicatos de trabalhadores.”**

A alternativa apontada pela banca como a questão correta não reúne elementos no seu enunciado para que se chegue a tal afirmação. A questão não aponta referência sobre qual é o período político dessa “experiência brasileira derivada da Constituição citada” no enunciado, podendo ser interpretada por um longo período histórico da política brasileira, o que dá margem para diversas interpretações.

Se a questão se refere ao período eleitoral posterior à Constituição de 1946, o candidato que sucedeu Eurico Gaspar Dutra foi Getúlio Vargas e não se encaixa na descrição da alternativa apontada pela banca como a questão correta. Eurico Gaspar Dutra não foi eleito por um partido conservador. Seu partido era o mesmo de Getúlio, o PSD/ PTB e Dutra adotou uma política liberal em seu governo.

Se a questão se refere a sucessão presidencial de Jânio Quadros por João Goulart, o edital não aborda o período cobrado na questão/resposta. O edital se restringe a “Era Vargas 1930-1945/1951-1954” e passa para “A estrutura política e os movimentos sociais no período militar”, que se inicia em 1964.

A transição do governo Jânio para o de Goulart ocorre no ano de 1961, com um período de duração de apenas sete meses. Existe uma lacuna de tempo no edital de dez anos entre o fim de um e início do subsequente. Importante ressaltar que a Constituição de 1946, citada na questão faz parte do edital, mas não é o objeto de análise da própria questão.

Ante o exposto, faz-se necessário a anulação da questão.